

Carta aos Petistas do Estado do Rio de Janeiro

Base Popular e Socialista

7º Congresso: fortalecer o PT como instrumento de luta dos trabalhadores!

Companheiras e companheiros,

Nós, militantes que se reivindicam dos grupos União de Base, Socialismo é Luta, Campo Democrático e Diálogo e Ação Petista, além de diversos outros companheiros e companheiras, decidimos nos apresentar em chapa conjunta para o Congresso Estadual do PT-RJ, rumo ao 7º Congresso.

Consideramos que no momento difícil que vivemos no país devemos nos unir em torno de pontos que nos são comuns para ajudar o PT na tarefa que só ele pode cumprir para barrar esta ofensiva destruidora dos direitos e da nossa soberania.

O desemprego bate recordes. Cresce a informalidade e a precarização, com a queda do poder aquisitivo, depois de alguns anos de degradação da situação econômica, política e social, que já beira o desespero em diversos setores, e, principalmente, após 6 meses desse governo antipopular e antinacional.

Tudo isso aprofunda o estado de exceção, aberto há três anos pelo golpe parlamentar do impeachment, dado pelos segmentos jurídico e militar das instituições de Estado – que mantém Lula preso em Curitiba – com apoio midiático e empresarial.

Consideramos também que a luta do nosso partido nestes últimos dois anos permite que o 7º Congresso avance e aprofunde o rumo indicado pelo 6º Congresso que permitiu enfrentar a ofensiva aos interesses nacionais, aos direitos dos trabalhadores e à democracia.

Nosso congresso estadual está chamado a ajudar todo o partido na luta contra o governo Bolsonaro, e assim fortalecer nossa luta contra o governo Wilson Witzel que avança contra o povo, os trabalhadores e a juventude do nosso estado.

Companheiros e Companheiras,

A luta central contra o governo Bolsonaro, em defesa dos direitos e da democracia no país, se concentra na exigência da imediata e incondicional libertação de Lula, com a anulação das condenações e a responsabilização dos atropelos jurídicos cometidos pela Operação Lava-jato sob o comando do ex-juiz Moro e seus asseclas no Ministério Público e na Polícia Federal - agora escancarados pelas revelações do The Intercept.

Esse é um governo autoritário, que tenta amputar os sindicatos e criminalizar o movimento popular, mas é frágil pela origem na fraude – com o "law fare" para a prévia prisão de Lula e depois as "fake news" –, e pela sua coalizão improvisada.

Na luta contra esse governo, não cabe depositar ilusões na cúpula militar, selecionada no bojo da equivocada ocupação militar do Haiti (Minustah), e reforçada por várias operações de GLO ("Garantia de lei e ordem"), onde agem internamente com os mesmos métodos genocidas das PMs contra negros e pobres. Temos clareza que um impeachment para alçar o vice Mourão continuaria a ser aplicado o mesmo programa, resultando na mesma crise para o povo.

Para sair da crise é preciso defender e resgatar a soberania nacional, defender e resgatar as estatais estratégicas para o desenvolvimento - a reestatização da Vale, por exemplo, é uma questão de vida para os trabalhadores e o povo do entorno, e para a preservação ambiental contra a política predatória; assim como a recuperação da Petrobras e do marco regulatório do Pré-sal, defender os Correios, CEFR e Banco do Brasil e outras empresas estatais que são vitais para o futuro da nação, contra a privatização do entreguista Bolsonaro.

Sair da crise significa ter propostas de combate à estagnação que agiganta o desemprego e o desalento. Ter uma política de desenvolvimento do mercado interno que recupere o reajuste real do salário mínimo, enfrentando as exigências do mercado financeiro dos infundáveis superávits fiscais primários impostos pelo FMI.

Para sair da crise é preciso um outro governo: um governo democrático e popular encabeçado pelo PT, com Lula Livre, um governo que restabeleça os programas sociais legados por nossas administrações em várias áreas - dos quais nos orgulhamos, desde o Mais Médicos até a expansão das Universidades Públicas (não precisamos enumerar aqui) -, que retome a demarcação das terras indígenas e defenda a Amazônia. Um governo que também revogue a reforma trabalhista, o teto de gastos (EC 95), a DRU (Desvinculação das Receitas da União) e todos os decretos anti-povo de Temer e Bolsonaro.

Para avançar várias destas medidas e as reformas necessárias para um desenvolvimento soberano, como a agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar, se exige uma profunda reforma política do Estado que mude radicalmente as atuais instituições cúmplices do golpe, que são um entrave. O meio democrático de fazê-lo é através da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana, com a força e a legitimidade de um novo governo e com Lula Livre. A experiência mostra que pela conciliação não se avança. Nosso 7º Congresso deve fazer um balanço para, apoiando-se nos nossos acertos, não repetir erros que nos fragilizam.

Reafirmamos a posição unânime do nosso Diretório Nacional de ser globalmente contra a reforma da Previdência, uma luta que continua e para a qual não contribuiu a ação de alguns de nossos governadores ao se enredarem nas negociações da PEC 06. Esses companheiros estão chamados a reforçar luta do nosso partido e do movimento sindical contra a destruição da Previdência Pública e Solidária. Luta na qual consideramos ser tarefa de todo o partido construir o dia 13 de agosto chamado pela CNTE-CUT, com apoio da UNE e das Centrais, em defesa da Educação e da Aposentadoria, como ajudamos a construir as mobilizações de 15 e 30 de maio e a greve geral de 14 de junho.

No Rio de Janeiro, o PT na linha de frente da luta contra Witzel e os golpistas

Reconstruir o PT no Rio de Janeiro passa por enfrentar a situação desesperadora do povo do RJ depois da eleição de Witzel e de mais de uma década do desgoverno do PMDB (Cabral-Pezão), com apoio do PT. O RJ está em falência fiscal. Na raiz, a dívida do RJ foi contraída de modo nebuloso durante a ditadura, e foi reconhecida e renegociada por FHC e Garotinho em 1999. O governo federal estipulou a receita dos royalties do petróleo como garantia, que levou, desde então, 13% da receita líquida mensal do estado. A crise se agravou com o ataque à Petrobras pela Lava Jato e com o desvio de dinheiro público, nos governos Cabral e Paes, em eventos como a Copa e os Jogos Olímpicos de 2016. Em 2017, o problema piorou com o ajuste fiscal de Temer-Pezão que castiga servidores públicos. A bancada do PT votou corretamente contra o ajuste, exceto pelo deputado estadual André Ceciliano (hoje presidente da Alerj), que, numa atitude indefensável, votou a favor do ajuste. Para que o PT no RJ se reconstrua, é necessário que nosso partido assuma a posição pela anulação do ajuste que ainda vigora, com a consequente suspensão unilateral dos pagamentos da dívida do Estado com a União. Para mostrar a ilegitimidade e denunciar a origem das dívidas do RJ, propomos a adoção do mecanismo de auditoria. Essa é a maneira de proteger o patrimônio do Estado do RJ (Cedae), os serviços públicos de que necessita o povo do RJ e os direitos inegociáveis dos servidores.

Nos somamos às vozes que pedem por justiça para Marielle e Anderson. Sabemos que precisamos enfrentar o problema da segurança pública. De acordo com o Instituto de Segurança Pública, de janeiro a março de 2019, as polícias civil e militar mataram 434 pessoas no RJ, uma média de quase 5 por dia. Há uma evidente relação entre a escalada do número de mortes nestes primeiros meses de 2019 e a intervenção militar de 2018, momento em que Marielle foi executada, crime que envolve, segundo investigações, as milícias. O estado policial no Rio de Janeiro está avançando já bem próximo do que se define uma ditadura de caráter classista com determinação assumida de exterminar os moradores pobres das comunidades carentes que não são assistidos pelo estado e que formam os nossos guetos de Varsóvia onde jovens em sua maioria negros são perseguidos e mortos tal qual animais por esse estado que aí está travestido de estado democrático de direito. Assim como aconteceu durante a intervenção militar de 2018, o PT-RJ não foi capaz de dar uma resposta efetiva a um dos problemas mais urgentes do estado: o extermínio, realizado pelas polícias, da população trabalhadora pobre que vive nas favelas.

No RJ, perdemos muitos mandatos parlamentares e esse fato é o resultado direto da política da Direção Estadual. Hoje temos apenas 3 deputados estaduais e 1 federal. É possível e necessário mudarmos essa realidade, fortalecermos nosso partido, construirmos candidaturas que sejam um ponto de apoio para os trabalhadores, os jovens e os movimentos sociais no RJ. Defendemos para as eleições municipais uma política de candidaturas próprias do PT onde for possível, numa frente anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas, abandonando aquele aliancismo sem-porteira e sem critério que fez tanto mal, e agora volta travestido de apoio a qualquer político que “esqueceu” do apoio dado a Bolsonaro. São necessárias alianças programáticas, “antiimperialistas” nos termos do 6º Congresso do PT, com partidos como PCdoB e PSOL e também setores populares do PSB, PDT e outros.

É urgente e necessário acertarmos o prumo e assumirmos a nossa responsabilidade, a responsabilidade do PT, nesta situação alarmante em que estamos. Podemos reconquistar nossa base, apresentar uma saída política positiva para a população do Estado. Podemos e devemos reconstruir o PT no RJ!

Portanto, acreditamos que cabe ao PT:

1. Intensificar o processo de debates nas regiões para que nossa base possa contribuir com as novas direções e nossos parlamentares acerca da nossa oposição ao Governo Witzel;
2. Organizar a massa de desempregados (trabalhadores e jovens) do estado contra os governos Witzel e Bolsonaro;
3. Apresentar uma política petista para o RJ que esteja voltada tanto para a segurança pública em defesa dos trabalhadores e jovens, quanto para o combate ao ajuste fiscal;
4. Retomar a política de filiação e nucleação para que haja núcleos do PT nos bairros, nas universidades, nas escolas e nos locais de trabalho, a fim de que nossa militância e simpatizantes possam participar efetivamente da construção partidária e da nossa política;
5. Construir um chapa de disputa eleitoral diversa e plural, que represente os diversos setores da sociedade;
6. Intensificar e engajar nossa militância nos movimentos populares, sindicais, de igualdade de raça, gênero e LGBT, para além do engajamento na construção partidária.
7. Definir critérios nítidos e justos de divisão do fundo eleitoral para eleição de 2020;
8. Reorganizar e fortalecer os comitês em defesa da liberdade do presidente Lula e de todas as nossas lideranças que estão presas injustamente. Vamos conversar com o povo, coletando adesões ao abaixo-assinado pela anulação dos julgamentos, exigindo a liberdade imediata do presidente Lula.
9. Defesa da autonomia da juventude do PT para os combates necessários em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.
10. No plano interno, estabelecer um cronograma de reuniões de todas as instâncias (Diretórios Zonais, Municipais e Estadual) para fazer frente às tarefas e desafios políticos apresentados ao partido no estado do Rio de Janeiro.
11. Criar um rede de comunicação interna e externa para que nossas posições e resoluções sejam amplamente divulgadas.

Companheiros e companheiras,

Com unidade ao redor destas propostas que apresentamos, nossa chapa está convencida de que o 7º Congresso do PT, desenvolvendo o caminho aberto no 6º Congresso na defesa do PT como partido democrático, popular e socialista, pode avançar e assim recuperarmos nossa base social reafirmando o PT como o principal instrumento de luta que a classe trabalhadora criou no nosso país. Nos dirigimos a todo o partido conclamando: vamos fazer do dia 8 de setembro (dia de votação do PED), um grande dia de mobilização no nosso estado por Lula Livre e em defesa do PT!